

BANDEIRA DO SUL - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRA DO SUL
- MINAS GERAIS

Assistente Social
- Agente Técnico IV

EDITAL 001/2024

CÓD: SL-150ST-24
7908433265078

Português

1. Leitura e interpretação de textos: compreensão e interpretação de variados gêneros discursivos	7
2. Informações implícitas e explícitas; Texto e discurso: intertextualidade, paródia	10
3. Significação contextual de palavras e expressões; Semântica e estilística: polissemia, sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia, hiperonímia, denotação e conotação, sentido e sentido figurado, figuras de linguagem	11
4. Linguagem verbal e não verbal; Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua; Registros formal e informal da escrita padrão	14
5. Ponto de vista do autor	14
6. Funções da linguagem	18
7. Tipologia textual e gêneros discursivo de circulação social: estrutura composicional; objetivos discursivos do texto; contexto de circulação; aspectos linguísticos	19
8. Texto e textualidade: coesão, coerência, argumentação	26
9. Linguagem e adequação social: Variedades linguísticas e seus determinantes culturais, sociais, regionais, históricos e individuais	27
10. Fonética e fonologia: tonicidade	29
11. Ortografia; Ortografia oficial– Novo Acordo Ortográfico	31
12. acentuação gráfica	34
13. Crase	35
14. Morfologia: classificação e flexão das palavras, emprego de nomes, pronomes, conjunções, advérbios, preposições, modos e tempos verbais; Análise morfológica	36
15. Sintaxe: frase, oração, período; Termos da oração; Coordenação e subordinação; Análise sintática	49
16. Concordâncias verbal e nominal	52
17. regências verbal e nominal	53
18. colocação pronominal aplicada ao texto	55
19. Sinais de pontuação como fatores de coesão	56

Noções De Administração Pública E Cidadania

1. Princípios da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência	69
2. Estrutura e Atividade da Administração Pública: Organização administrativa brasileira	73
3. Poderes administrativos: poderes hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; uso e abuso do poder	76
4. Direitos Humanos e Cidadania: Direitos e deveres fundamentais previstos na Constituição Federal	83
5. Mecanismos de participação popular	88
6. Ética no Serviço Público: Princípios e normas que norteiam a conduta dos servidores públicos; responsabilidade do servidor público nas esferas administrativa, civil e penal	92
7. Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992)	96
8. Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019)	112
9. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	116
10. Tratamento de dados pelo Poder Público e sanções administrativas na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018)	122

Conhecimentos Específicos

Assistente Social - Agente Técnico IV

1. Ambiente de atuação do assistente social educacional; Instrumentos e técnicas de atuação profissional; Documentos técnicos: laudo, parecer, relatório social e estudo de caso	139
2. Propostas de intervenção na área social: planos, programas, projetos, e atividades de trabalho	140
3. Avaliação de programas e políticas sociais	142
4. Trabalho social com famílias	143
5. Atuação em equipe interprofissional (relacionamento e competências)	150
6. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente	154
7. Código de Ética do Assistente Social	192
8. Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	197
9. SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Lei nº 12.594/2012	202
10. Protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	213
11. Interação escola-família e comunidade	220
12. Função Social da Escola	223
13. Pluralidade Cultural e Diversidade cultural	225
14. Respeito aos povos	229
15. Orientação Sexual na infância	234
16. Trabalho e Consumo: a exploração do trabalho Infanto-Juvenil	238
17. Inclusão e diversidade como elementos de garantia do direito à aprendizagem	241
18. A Educação Especial Inclusiva: possibilidades e desafios	245
19. Desenvolvimento de competências socioemocionais no espaço escolar	249
20. Resolução de conflitos no espaço escolar	253
21. Lei Federal nº 9.394/ 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN)	257
22. Lei Federal nº 13.935/2019 - Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica	274
23. Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	275
24. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais	292
25. Lei Complementar nº 062/2009 e a Lei Complementar nº 045/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais)	295

PORTUGUÊS

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE VARIADOS GÊNEROS DISCURSIVOS

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

Resposta: Letra B.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

so. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se crie suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

Gêneros Discursivos

– **Romance:** descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

– **Conto:** obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

– **Novela:** muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

– **Crônica:** texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

– **Poesia:** apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

– **Editorial:** texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

– **Entrevista:** texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

– **Cantiga de roda:** gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

– **Receita:** texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS E EXPLÍCITAS; TEXTO E DISCURSO: INTERTEXTUALIDADE, PARÓDIA

Intertextualidade é o nome dado à relação que se estabelece entre dois textos, quando um texto já criado exerce influência na criação de um novo texto. Pode-se definir, então, a intertextualidade como sendo a criação de um texto a partir de outro texto já existente. Dependendo da situação, a intertextualidade tem funções diferentes que dependem muito dos textos/contextos em que ela é inserida.

O diálogo pode ocorrer em diversas áreas do conhecimento, não se restringindo única e exclusivamente a textos literários.

Em alguns casos pode-se dizer que a intertextualidade assume a função de não só persuadir o leitor como também de difundir a cultura, uma vez que se trata de uma relação com a arte (pintura, escultura, literatura etc). Intertextualidade é a relação entre dois textos caracterizada por um citar o outro.

A intertextualidade é o diálogo entre textos. Ocorre quando um texto (oral, escrito, verbal ou não verbal), de alguma maneira, se utiliza de outro na elaboração de sua mensagem. Os dois textos – a fonte e o que dialoga com ela – podem ser do mesmo gênero ou de gêneros distintos, terem a mesma finalidade ou propósitos diferentes. Assim, como você constatou, uma história em quadrinhos pode utilizar algo de um texto científico, assim como um poema pode valer-se de uma letra de música ou um artigo de opinião pode mencionar um provérbio conhecido.

Há várias maneiras de um texto manter intertextualidade com outro, entre elas, ao citá-lo, ao resumi-lo, ao reproduzi-lo com outras palavras, ao traduzi-lo para outro idioma, ao ampliá-lo, ao tomá-lo como ponto de partida, ao defendê-lo, ao criticá-lo, ao ironizá-lo ou ao compará-lo com outros.

Os estudiosos afirmam que em todos os textos ocorre algum grau de intertextualidade, pois quando falamos, escrevemos, desenhamos, pintamos, moldamos, ou seja, sempre que nos expressamos, estamos nos valendo de ideias e conceitos que já foram formulados por outros para reafirmá-los, ampliá-los ou mesmo contradizê-los. Em outras palavras, não há textos absolutamente originais, pois eles sempre – de maneira explícita ou implícita – mantêm alguma relação com algo que foi visto, ouvido ou lido.

Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade acontece quando há uma referência explícita ou implícita de um texto em outro. Também pode ocorrer com outras formas além do texto, música, pintura, filme, novela etc. Toda vez que uma obra fizer alusão à outra ocorre a intertextualidade.

Por isso é importante para o leitor o conhecimento de mundo, um saber prévio, para reconhecer e identificar quando há um diálogo entre os textos. A intertextualidade pode ocorrer afirmando as mesmas ideias da obra citada ou contestando-as.

– **Paráfrase:** as palavras são mudadas, porém a ideia do texto é confirmada pelo novo texto, a alusão ocorre para atualizar, reafirmar os sentidos ou alguns sentidos do texto citado. É dizer com outras palavras o que já foi dito.

– **Paródia:** é uma forma de contestar ou ridicularizar outros textos, há uma ruptura com as ideologias impostas e por isso é objeto de interesse para os estudiosos da língua e das artes. Ocorre, aqui, um choque de interpretação, a voz do texto original é retomada para transformar seu sentido, leva o leitor a uma reflexão crítica de suas verdades incontestadas anteriormente, com esse processo há uma indagação sobre os dogmas estabelecidos e uma busca pela verdade real, concebida através do raciocínio e da crítica. Os programas humorísticos fazem uso contínuo dessa arte, frequentemente os discursos de políticos são abordados de maneira cômica e contestadora, provocando risos e também reflexão a respeito da demagogia praticada pela classe dominante.

– **Epígrafe:** é um recurso bastante utilizado em obras, textos científicos, desde artigos, resenhas, monografias, uma vez que consiste no acréscimo de uma frase ou parágrafo que tenha alguma relação com o que será discutido no texto. Do grego, o termo “epígrafhe” é formado pelos vocábulos “epi” (posição superior) e

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIDADANIA

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA

Breve Introdução

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejam os:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
<ul style="list-style-type: none">– É um regime mais abrangente– Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	<ul style="list-style-type: none">– É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público– O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejam os em apartado, cada um deles:

Legalidade

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.

Desse modo, a Administração Pública só pode praticar condutas que são autorizadas por lei. Todavia, caso aja fora dos parâmetros legais, é necessário que o ato administrativo seja anulado.

Além disso, é dever da Administração rever seus próprios atos, e tal incumbência possui amparo no Princípio da autotutela. Desse modo, a revisão dos atos que pratica, não depende de autorização ou de controle externo, tendo em vista que a própria Administração poderá fazê-lo por meio de revogação ou anulação. Vejam os:

a) Revogação: trata-se de vício de mérito por conveniência e oportunidade e alcança apenas os atos discricionários.

b) Anulação: trata-se de vício de legalidade e alcança todos os atos, sendo estes vinculados ou discricionários.

Sobre o assunto, determina a Súmula 473 do STF:

– **Súmula 473- STF** - “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Assim sendo, destaca-se que o Poder Judiciário só possui o condão de intervir em possíveis vícios de legalidade, mas não de mérito. Além disso, não existe na legislação administrativa, prazo para a revogação de atos. Todavia, de acordo com o art. 54 da Lei nº 9784/99, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Entretanto, caso o ato nulo tenha sido praticado mediante o uso de má-fé, não haverá prazo para sua anulação.

Impessoalidade

Por meio da impessoalidade, deverá a Administração Pública agir objetivamente em favor da coletividade.

Salienta-se que os atos de pessoalidade são vedados, pois, o exercício da atividade administrativa é atribuição da Administração, haja vista a ela serem atribuídas todas as condutas dos agentes públicos.

São importantes aspectos do Princípio da Impessoalidade:

a) Não Discriminação: não importa a pessoa que o ato administrativo irá alcançar, pois, a atuação do Estado deve ser de forma pessoal com a fixação de critérios objetivos.

b) Agente Público: o Estado age em nome do agente. Assim, não poderão constar nas publicidades os nomes de administradores ou gestores, sendo que as propagandas devem ser informativas e educativas, pois, o ato estará sendo praticado pela Administração Pública. Tal entendimento possui liame com a Teoria da Imputação Volitiva, por meio da qual, a vontade do agente público é imputada ao Estado.

– **OBS. Importante:** De acordo com a jurista Maria Sylvia Zanella di Pietro, o princípio da impessoalidade é fundamento para fins de reconhecimento de validade dos atos praticados por “funcionário de fato”, que se trata daquele que não foi investido no cargo ou função pública de modo regular, tendo em vista que a conduta desse agente, que se encontra laborando de modo irregular na Administração Pública, é atribuída à pessoas jurídica na qual ele está inserido e, por esse motivo, tal vício será convalidado/corrigido.

Moralidade

Além da necessidade de as atividades da Administração estarem de acordo com a lei, é preciso que tais atuações sejam conduzidas com lealdade, ética e probidade, sendo que nesse caso, estará a moralidade se preocupando com a moralidade jurídica, e não a social.

A moralidade jurídica é concretizada através de mecanismos que o Estado cria para fiscalizar de modo mais eficaz as atividades de seus servidores. São exemplos: a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei de Ação Popular.

Ressalta-se que antes da edição da Súmula Vinculante nº13 do STF, o nepotismo, que se trata da nomeação de parente para ocupar cargo de confiança, já havia sofrido reprimenda da Resolução nº 7 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

Vejam os que determina a Súmula Vinculante nº 13 do STF:

– **Súmula Vinculante 13 STF:** “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

Sabendo-se que a prática do nepotismo é Contrária à moralidade, impessoalidade e eficiência administrativas, tal prática foi recentemente condenada pela Súmula que reforça o caráter imoral e ilegítimo da nomeação de parentes para cargos em comissão, incluindo nesses casos, a modalidade cruzada ou

transversa. Como exemplo, podemos citar o parente de Marcela que foi nomeado no gabinete de João em troca da nomeação de um parente de João no gabinete de Marcela.

Todavia, a edição da Súmula Vinculante 13 do STF, teve seu impacto positivo enfraquecido por causa de duas ocorrências, sendo elas as seguintes:

a) Ao fazer referência explícita a parentes colaterais até o terceiro grau, a Súmula Vinculante acabou por legitimar a nomeação de primos; e

b) Foi afirmado pelo próprio STF que a proibição não se estende a agentes políticos do Poder Executivo, tais como os ministros de Estado e secretários estaduais, distritais e municipais, pois, no entendimento do STF, a súmula se aplica apenas a cargos comissionados.

Publicidade

É necessário que haja transparência no exercício das atividades exercidas pela Administração Pública. Via regra geral, os atos da Administração devem ser públicos. Contudo, há algumas exceções, como determinados interesses sociais, bem como as situações de foro íntimo.

Para que haja eficácia, é preciso que haja a publicidade dos atos administrativos, pois, com isso, haverá também, melhor controle das atividades administrativas pela própria sociedade.

Constitui exceção ao princípio da publicidade, o artigo 2º, Parágrafo Único, V da Lei nº 9784/99 que determina que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, sendo que nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

Ademais, o artigo 5º, XXXIII da CFB/88 e o artigo 5º, X também da CFB, defendem que tais atos com caráter “sigiloso” devem ser compreendidos como exceções à regra geral do Princípio da Publicidade.

Vale ressaltar que de acordo com o artigo 5º, LXXII da CFB/88 e a Lei nº 9507/97, um dos principais remédios constitucionais que prevê a garantia do acesso às informações sobre a pessoa do impetrante, é o Habeas Data.

Por fim, é importante mencionar que a Súmula nº 6 do STF estabelece “desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração”. Logo, percebe-se que a intenção da Suprema Corte ao elaborar esta Súmula, foi a de preservar a intimidade.

Eficiência

O princípio da eficiência foi introduzido pela EC nº19/98, pois, antes, ele era considerado como princípio infraconstitucional.

Nesse sentido, deverá ser a atuação da Administração Pública pautada nos seguintes critérios:

- a) Rapidez;
- b) Dinamismo;
- c) Celeridade;
- d) Descongestionamento;
- e) Desburocratização;

- f) Perfeição;
- g) Completitude; e
- h) Satisfação;
- i) Rentabilidade ótima, máxima e com menor custo.

Sobre o tema, o STF já se posicionou no sentido de reforçar que o princípio da eficiência não depende de Lei para que seja regulamentado, sendo por isso, considerado como uma norma de eficácia plena.

Além disso, destaca-se que a Emenda Constitucional nº19/98 consagrou a transição da Administração Pública Burocrática para a Administração Pública Gerencial, com o objetivo de criar aproximação entre o Poder Público e a iniciativa privada. Vejamos no quadro abaixo, as distinções entre esses dois tipos de Administração:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BUROCRÁTICA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL
<ul style="list-style-type: none"> – É direcionada ao controle de procedimentos e preocupa-se com os resultados em segundo plano; – Seu foco encontra-se nos controles administrativos; – Centralização, concentração e controle dos órgãos e entidades públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> – É voltada para o controle de resultados e mantém as formalidades fundamentais à Administração Pública; – É focada no controle de resultados; – Reduz a atuação empresarial do Estado; – Trata de parcerias com entidades do terceiro setor para a prestação de atividades consideradas não essenciais; – Trata da capacitação de servidores e do controle de desempenho; – Cuida da descentralização, desconcentração e autonomia dos órgãos e entidades públicas.

— Outros Princípios Constitucionais Aplicáveis à Administração Pública

Princípio da Celeridade Processual

Previsto no artigo 5º LXXVIII da CFB/88, o princípio da celeridade processual assegura a toda a sociedade nas searas judicial e administrativa, a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade na sua tramitação.

Ressalta-se que o processo administrativo constitui uma sequência de atos que declinam-se à decisão final. Desta maneira, o rito deve sempre prosseguir com o objetivo de que haja conclusão célere de encerramento dos processos.

Salienta-se que a Lei Federal nº 9784/99 elenca importantes diretrizes que podem ser aplicadas aos processos administrativos federais em relação a celeridade. São elas:

- a) É dever da Administração emitir de forma clara, decisão nos processos administrativos, bem como responder acerca de solicitações ou reclamações e sobre matérias que sejam de sua competência;

b) Após a conclusão da instrução de processo administrativo, o prazo para Administração decidir é de até 30 dias, exceto se houver prorrogação expressamente motivada, razão pela qual, acrescentar-se-á igual período;

c) Não fixando a lei prazo diferente, será o recurso administrativo decidido no prazo de 30 dias;

d) Salvo disposição legal diversa, o processo administrativo deverá tramitar por no máximo três instâncias administrativas.

Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa

De acordo com os fundamentos contidos no artigo 5º, LV da CFB/88, em decorrência do princípio do contraditório, as decisões administrativas devem ser tomadas levando em consideração a manifestação das partes interessadas.

Para tal, é imprescindível que seja dada oportunidade para que as partes prejudicadas pela decisão sejam ouvidas antes do resultado final do processo.

Ressalta-se que o princípio da ampla defesa possibilita aos litigantes, tanto em processo judicial quanto administrativo, a utilização dos meios cabíveis de prova, dos recursos e dos instrumentos necessários para defesa de seus interesses diante do Judiciário e também da Administração Pública.

Acerca dos princípios do contraditório e da ampla defesa, dispõe a Súmula Vinculante 33 do Supremo Tribunal Federal:

– **Súmula 33 STF:** “Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão”.

Princípio de devido processo legal formal e material

Nos ditames do artigo 5º, LIV da CFB/88, a privação de liberdade ou de bens só poderá ser aplicada após o devido processo legal.

O devido processo legal pode ser classificado da seguinte forma:

a) Devido processo legal formal: trata-se do parâmetro que exige o cumprimento de um rito que já esteja definido por lei para que a decisão tenha validade;

b) Devido processo legal material ou substantivo: a decisão final deve ser justa, adequada e respeitar o rito. Desse modo, o devido processo legal material ou substantivo possui o mesmo conteúdo do princípio da proporcionalidade. Além disso, é importante destacar que nos processos administrativos, é buscada a verdade real dos fatos, não valendo desta forma, somente a verdade formal baseada na prova produzida nos autos.

Por fim, denota-se que são diferenças primordiais entre o processo administrativo e do processo judicial:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	PROCESSO JUDICIAL
<ul style="list-style-type: none"> – Até 3 instâncias – Faz coisa julgada administrativa – Princípio da oficialidade – permissão da <i>reformatio in pejus</i> – Não há necessidade de atuação de advogado – É permissionário da prova emprestada (verdade real) 	<ul style="list-style-type: none"> – Em regra, são 3 graus de jurisdição – Faz coisa julgada judicial – Princípio da inércia da jurisdição – Há necessidade da atuação de advogado – É permissionário da prova emprestada (verdade formal)

– **Princípios Implícitos**

Princípio da Autotutela da Administração Pública

Possui o condão de controlar sua própria atuação, podendo, desta forma, corrigir seus próprios atos quando tais atos estiverem dotados de ilegalidade.

Sobre o assunto, dispõe a Súmula 346 do STF:

– **Súmula 346 - STF:** “A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos”.

Além disso, poderá a Administração invalidar seus próprios atos a partir do momento em que estes contenham ilegalidade, porque deles não se originam direitos, podendo também revogar atos por motivos de conveniência e oportunidade. É o determina a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Vejamos:

– **Súmula 473 - STF:** “A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Ademais, vale pontuar que de acordo com o art. 5 da Lei nº 9.784/1999, deverá a Administração anular seus próprios atos, quando estes se encontrarem eivados de vícios de legalidade, podendo revogá-los por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, sendo que nos parâmetros do princípio da legalidade, o prazo para a Administração Pública anular seus atos é de 05 anos.

Princípio da Continuidade

Esse princípio define que a atuação administrativa deve ser ininterrupta.

Aliado a esse importante princípio, o STF adotou por meio do Recurso Extraordinário nº 693.456, o entendimento de que o exercício do direito de greve por parte do servidor público pode realizar o corte do salário, que por sua vez, poderá ser substituído por compensação das horas paradas pelo servidor. Porém, em se tratando de greve provocada por ato ilícito da Administração Pública, tal corte de salário não poderá ocorrer e a Administração deverá ressarcir os prejuízos caso estes existam e sejam verificados.

– **OBS. Importante:** De acordo com o disposto no artigo 142, §3º, IV da Constituição Federal de 1.988, em hipótese alguma, poderá o servidor militar entrar em greve ou se sindicalizar.

Princípio da Razoabilidade ou da Proporcionalidade Ampla
Por meio desse princípio, as medidas adotadas pela Administração devem se apresentar das seguintes maneiras:

MEDIDAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
ADEQUADAS	Seu dever é lograr com sucesso a realização da finalidade.
NECESSÁRIAS	A Administração deverá optar pela forma que restrinja menos ao direito do administrado.
PROPORCIONAIS	A Administração Pública deverá promover equilíbrio entre vantagens e desvantagens, entre o meio e o fim, fazendo com que haja mais vantagens que desvantagens, sob pena de ausência de proporcionalidade do ato.

Princípio da Motivação Obrigatória

Esse princípio obriga a Administração Pública a indicar os pressupostos de fato e de direito que determinaram a prática do ato.

Desta maneira, infere-se que a validade do ato administrativo se encontra condicionada à apresentação de forma escrita dos fundamentos fáticos e jurídicos justificadores da decisão que foi adotada.

Tal fundamentação se refere a um mecanismo de controle sobre a legalidade e legitimidade das decisões tomadas pela Administração Pública.

A obrigação de motivação dos atos da Administração Pública possui fundamento em vários dispositivos normativos, dentre eles, podemos citar como exemplos, os insertos no artigo 93, X da Constituição Federal e no artigo 50 da Lei nº 9784/99.

Contudo, existem atos que dispensam a motivação escrita, como exemplo, podemos citar a motivação evidente nos atos de gesticulação executados por policial na disciplina do trânsito, bem como a motivação inviável demonstrada em sinais de trânsito emitidos por semáforos.

Ressalta-se que a motivação deve ser apresentada de modo concomitante, ou no instante seguinte à prática do ato.

Há ainda, a motivação aliunde, que se trata daquela indicada fora do ato, e que se constitui em concordância com fundamentos de pareceres anteriores, informações, decisões ou propostas. Como exemplo de motivação aliunde, podemos citar aquela realizada pelas infrações de trânsito, onde existe em padrão único de motivação para cada tipo de espécie de infração cometida e que nesse caso, não existe necessidade de motivação personalizada para cada agente que cometer o ato infracional.

Princípio da Presunção de Legitimidade

Por meio desse princípio, devido à prática exclusiva com a finalidade de aplicação da lei, os atos administrativos acabam por se beneficiar da legitimação democrática conferida pelo processo legislativo.

Desse modo, os atos administrativos recebem proteção de determinada presunção relativa de modo a demonstrar que sua prática ocorreu em conformidade com o ordenamento jurídico. Por

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social - Agente Técnico IV

AMBIENTE DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL EDUCACIONAL; INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL; DOCUMENTOS TÉCNICOS: LAUDO, PARECER, RELATÓRIO SOCIAL E ESTUDO DE CASO

O assistente social educacional é um profissional fundamental no contexto escolar, atuando de maneira a promover a inclusão social e o direito à educação, especialmente para alunos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A presença desse profissional nas instituições de ensino reflete o compromisso com a garantia de direitos sociais, buscando identificar e intervir nos fatores que dificultam o pleno acesso e permanência dos estudantes na escola.

O papel do assistente social nas instituições educacionais vai além da resolução de problemas pontuais, englobando o desenvolvimento de estratégias coletivas que promovam a equidade no ambiente escolar. Sua atuação é regida pelo compromisso ético de transformar a realidade social, trabalhando em conjunto com a comunidade escolar para promover a inclusão, a justiça social e o desenvolvimento integral dos estudantes.

A importância do assistente social educacional também reside na sua capacidade de atuar como ponte entre a escola, a família e os diversos serviços de apoio social. Através dessa mediação, o assistente social contribui para que as barreiras sociais, econômicas e culturais que afetam o processo educacional sejam superadas, garantindo o direito à educação de qualidade para todos.

Objetivos e Desafios da Atuação do Assistente Social no Âmbito Escolar

O principal objetivo do assistente social educacional é garantir que todos os alunos tenham acesso aos seus direitos, especialmente o direito à educação. Ele trabalha para criar condições favoráveis que possibilitem a permanência e o sucesso dos alunos na escola, identificando e enfrentando questões sociais que possam interferir nesse processo, como pobreza, violência doméstica, abuso de substâncias e discriminação.

Entre os principais desafios enfrentados no ambiente educacional, destacam-se:

- **Desigualdade social:** Muitos estudantes enfrentam barreiras econômicas e sociais que dificultam seu desempenho escolar. A falta de recursos materiais, apoio familiar, moradia adequada e alimentação são fatores que interferem diretamente no aprendizado.

- **Violência e conflitos familiares:** Situações de violência doméstica, abuso ou negligência são frequentes entre as famílias acompanhadas pelos assistentes sociais, o que exige uma atuação delicada e eficaz na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

- **Inclusão de alunos com deficiência:** Garantir a acessibilidade e a inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar é uma das missões do assistente social, que colabora com a equipe pedagógica na formulação de estratégias inclusivas.

- **Ações de prevenção ao abandono escolar:** Identificar os fatores que contribuem para o abandono escolar e implementar intervenções que previnam a evasão é uma das prioridades da atuação do assistente social na educação.

A promoção da cidadania é um dos eixos centrais do trabalho desse profissional. Ao promover a inclusão social, o assistente social educacional contribui para a formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, capazes de participar ativamente na sociedade.

Instrumentos de Atuação do Assistente Social Educacional

Para desempenhar suas funções, o assistente social utiliza uma série de instrumentos técnicos e metodológicos que auxiliam no diagnóstico e intervenção nos problemas sociais que afetam o ambiente escolar. Esses instrumentos permitem uma análise aprofundada da realidade social dos alunos e suas famílias, possibilitando intervenções mais eficazes e direcionadas.

- **Entrevista:** Um dos principais instrumentos do assistente social, a entrevista permite conhecer a realidade do aluno e sua família, suas dificuldades e potencialidades. Por meio de uma conversa estruturada, o profissional coleta dados sobre as condições de vida, relações familiares e outros aspectos relevantes para o acompanhamento.

- **Visita Domiciliar:** A visita domiciliar é um instrumento essencial para compreender o contexto em que o aluno vive, sua realidade familiar e social. Essa técnica permite que o assistente social obtenha informações que muitas vezes não são percebidas no ambiente escolar.

- **Relatório Social:** Após a coleta de informações, o assistente social elaborava um relatório social, documento que descreve as condições do aluno e de sua família, além de sugerir encaminhamentos ou intervenções necessárias. Esse relatório é fundamental para o planejamento das ações do assistente social e também pode ser utilizado para subsidiar políticas públicas e decisões judiciais.

- **Estudo de Caso:** O estudo de caso é uma metodologia que permite ao assistente social analisar profundamente a situação de um aluno ou grupo de alunos, levando em consideração múltiplos fatores. A partir dessa análise, o profissional define estratégias de intervenção específicas.

- **Acompanhamento Familiar:** A atuação do assistente social educacional não se restringe ao aluno, mas se estende à sua família. O acompanhamento familiar busca envolver os responsáveis no processo educacional, orientando-os e fornecendo suporte para que possam contribuir de forma mais efetiva para o sucesso escolar de seus filhos.

- **Articulação com a rede de serviços:** O assistente social atua como um articulador entre a escola e os diversos serviços sociais disponíveis, como conselhos tutelares, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), serviços de saúde e instituições de apoio. Essa articulação é essencial para a construção de uma rede de proteção social que atenda às necessidades dos alunos e suas famílias.

Técnicas de Atuação Profissional no Contexto Escolar

Além dos instrumentos mencionados, o assistente social educacional utiliza diversas técnicas de atuação profissional que auxiliam na promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

- **Atuação Interdisciplinar e Trabalho em Equipe:** O assistente social trabalha em conjunto com outros profissionais da educação, como professores, psicólogos e pedagogos, formando equipes interdisciplinares. A troca de informações e a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento são fundamentais para uma abordagem integral das questões que afetam o desempenho escolar dos alunos.

- **Mediação de Conflitos:** A escola é um espaço onde conflitos podem surgir, seja entre alunos, professores ou famílias. O assistente social atua como mediador, buscando soluções pacíficas e promovendo o diálogo. Técnicas de mediação são utilizadas para resolver problemas relacionados ao bullying, discriminação e violência no ambiente escolar.

- **Oficinas Socioeducativas e Grupos de Apoio:** O assistente social também pode organizar oficinas e grupos de apoio para alunos e suas famílias. Esses espaços permitem a discussão de temas relevantes, como autoestima, relações familiares, sexualidade e saúde mental. As oficinas socioeducativas visam o desenvolvimento de habilidades e o fortalecimento da cidadania.

Essas técnicas são fundamentais para a construção de um ambiente escolar inclusivo, no qual todos os alunos têm as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento pessoal.

Impacto da Atuação do Assistente Social no Desenvolvimento Educacional

O impacto da atuação do assistente social educacional é significativo, especialmente no que se refere à inclusão e à permanência dos alunos na escola. Ao intervir nos fatores sociais que dificultam o acesso à educação, o assistente social contribui diretamente para o sucesso escolar e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Entre os resultados observados estão:

- **Redução do abandono escolar:** Com ações direcionadas para a prevenção da evasão, o assistente social educacional tem conseguido reduzir significativamente o número de alunos que deixam a escola antes de concluir os estudos.

- **Melhoria no desempenho acadêmico:** Ao garantir que os alunos tenham acesso às condições básicas para o aprendizado, como alimentação adequada, transporte e apoio emocional, o assistente social contribui para a melhora no desempenho acadêmico.

- **Promoção da inclusão social:** A presença de um assistente social nas escolas também promove a inclusão de alunos em situação de vulnerabilidade, garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado.

Perspectivas Futuras e Avanços Necessários na Atuação do Assistente Social Educacional

Apesar dos avanços, ainda há muitos desafios a serem superados no campo da assistência social educacional. O fortalecimento da articulação entre políticas públicas e a ampliação do número de assistentes sociais nas escolas são algumas das medidas necessárias para garantir que todos os alunos tenham seus direitos assegurados.

O assistente social tem um papel cada vez mais relevante no contexto educacional, especialmente diante dos desafios contemporâneos, como a desigualdade social, a violência e a exclusão. Para avançar nesse campo, é essencial investir em formação continuada para os profissionais, além de promover a valorização de seu trabalho no ambiente escolar.

O futuro da atuação do assistente social educacional depende de uma maior integração entre a escola e as redes de proteção social, garantindo que o direito à educação seja efetivado de maneira plena e inclusiva.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO NA ÁREA SOCIAL: PLANOS, PROGRAMAS, PROJETOS, E ATIVIDADES DE TRABALHO

A intervenção na área social é um dos principais campos de atuação do assistente social, que trabalha com a criação e execução de ações voltadas para a proteção, inclusão e promoção de direitos das populações vulneráveis. Para garantir a eficácia dessas intervenções, é necessário planejar e organizar estratégias que sejam coerentes com as demandas sociais. Essas estratégias se concretizam por meio de planos, programas, projetos e atividades de trabalho, que variam em escopo e objetivo, mas têm como foco comum a transformação social e a promoção de cidadania.

Cada uma dessas modalidades de intervenção tem características próprias e um papel específico dentro das políticas públicas, sendo instrumentos fundamentais para a atuação dos profissionais de serviço social.

1. Planos de Intervenção Social

Os planos de intervenção social são instrumentos estratégicos de longo prazo, que visam traçar diretrizes e metas para a superação de problemas sociais de forma organizada e estruturada. Um plano envolve uma visão ampla da realidade social e é composto por um conjunto de objetivos, metas e estratégias que serão desenvolvidas ao longo de um período. Normalmente, os planos são formulados a partir de políticas públicas e legislações vigentes.

Características dos Planos de Intervenção:

- **Escopo abrangente:** Geralmente, envolvem um grande número de atores e instituições, sendo aplicados em nível municipal, estadual ou nacional.

- **Horizonte temporal longo:** São estabelecidos para períodos de tempo mais extensos, como quatro, cinco ou até dez anos.

- **Integração com políticas públicas:** São planejados em consonância com diretrizes governamentais, atuando em áreas como saúde, educação, assistência social e habitação.

Exemplo de Plano: O Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) é um exemplo de planejamento em nível nacional, que organiza as diretrizes e prioridades para a assistência social no Brasil, abrangendo ações que visam a proteção social básica e especial.

2. Programas de Intervenção Social

Os programas sociais têm um caráter mais específico que os planos e são derivados deles. Enquanto o plano define uma diretriz geral, o programa se volta para a execução de ações mais concentradas em determinados objetivos, públicos ou áreas. Em geral, programas têm duração contínua, com implementação gradual e flexível, podendo ser ajustados ao longo do tempo conforme as necessidades.

Características dos Programas Sociais:

- **Foco específico:** Um programa é voltado para resolver ou mitigar um problema social específico, como fome, desemprego ou desigualdade educacional.

- **Duração prolongada:** Programas podem ser contínuos, sendo ajustados ao longo do tempo conforme a avaliação dos resultados.

- **Articulação de várias ações:** Um programa pode integrar diversos projetos e atividades dentro de sua execução.

Exemplo de Programa: O Programa Bolsa Família, agora integrado ao Auxílio Brasil, é um programa social que visa garantir uma renda mínima para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, contribuindo para a redução da desigualdade social e promovendo a inclusão social.

3. Projetos de Intervenção Social

Os projetos sociais são ações temporárias e específicas, criadas para atingir objetivos delimitados em um curto ou médio prazo. Ao contrário dos programas, os projetos possuem um início e um fim

claramente definidos, com metas específicas que devem ser alcançadas. Um projeto é mais focalizado e pode ser implementado para resolver um problema pontual ou para experimentar novas abordagens dentro de um programa mais amplo.

Características dos Projetos de Intervenção:

- **Tempo delimitado:** Todo projeto tem um prazo de início e fim definidos.

- **Objetivos claros e específicos:** O projeto busca resolver um problema específico e bem delimitado dentro de um público-alvo restrito.

- **Flexibilidade:** Projetos podem ser experimentais ou pilotos, sendo ajustados ou escalados com base em seus resultados.

Exemplo de Projeto: Um projeto de geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade pode ser implementado como parte de um programa maior de inclusão social. O projeto teria duração de seis meses, oferecendo oficinas de capacitação, microcrédito e suporte psicológico para um grupo delimitado de participantes.

4. Atividades de Trabalho na Intervenção Social

As atividades de trabalho são as ações práticas realizadas no dia a dia do assistente social para colocar em execução os projetos e programas. Elas representam a execução das estratégias, envolvendo contato direto com os beneficiários, monitoramento, avaliação e acompanhamento contínuo. São as ações concretas que aproximam o planejamento da realidade social.

Características das Atividades de Trabalho:

- **Ações cotidianas e práticas:** As atividades envolvem a execução de ações diárias, como visitas domiciliares, entrevistas, rodas de conversa e encaminhamentos.

- **Contato direto com os usuários:** A interação com o público atendido é uma das principais características das atividades de trabalho.

- **Acompanhamento e monitoramento:** As atividades incluem a avaliação contínua do andamento dos projetos e programas, além de ajustes conforme a necessidade.

Exemplo de Atividades de Trabalho:

- Visitas domiciliares para identificar as condições de vida de famílias atendidas por um programa de habitação social.

- Oficinas socioeducativas com jovens em situação de risco para discutir temas como cidadania, direitos humanos e prevenção de violência.

- Entrevistas sociais para avaliar o perfil dos beneficiários de um projeto e suas necessidades específicas.

Relação entre Planos, Programas, Projetos e Atividades

Os planos, programas, projetos e atividades de trabalho estão interligados e se complementam na intervenção social. Cada um desempenha um papel dentro do ciclo de planejamento e execução de políticas públicas e ações sociais, garantindo que os objetivos estabelecidos em grandes diretrizes (planos) sejam concretizados através de programas contínuos, projetos específicos e atividades diárias.

Exemplo Prático de Integração:

- Um Plano Municipal de Erradicação da Pobreza pode estabelecer como objetivo reduzir a pobreza extrema em uma cidade em 10 anos. Para isso, ele engloba diversos programas como o programa de transferência de renda, capacitação profissional e inclusão produtiva. Dentro desse programa, pode ser desenvolvido um projeto específico de capacitação profissional para jovens, com duração de um ano, e as atividades desse projeto podem incluir oficinas, visitas domiciliares e acompanhamento individualizado dos participantes.

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E POLÍTICAS SOCIAIS

A avaliação de programas e políticas sociais é uma etapa crucial no ciclo de gestão das políticas públicas e da intervenção social. Ela permite a análise sistemática de eficiência, eficácia e efetividade das ações realizadas, ajudando a compreender se os objetivos propostos estão sendo atingidos e quais impactos estão sendo gerados na sociedade. Avaliar programas e políticas sociais é essencial para aprimorar estratégias, otimizar recursos e assegurar que as intervenções atendam às necessidades da população.

1. Conceito e Importância da Avaliação

A avaliação de programas e políticas sociais pode ser definida como o processo de investigação e análise dos resultados, impactos e processos de um programa ou política, comparando-os com os objetivos e metas estabelecidos. Ela não se limita a verificar o cumprimento das ações, mas também busca compreender os fatores que influenciam o sucesso ou fracasso das intervenções sociais.

A importância da avaliação reside no fato de que ela oferece subsídios para:

- Ajustes e melhorias nos programas em execução.
- Tomada de decisões mais informadas por parte de gestores e políticos.
- Transparência na utilização de recursos públicos.
- Responsabilização das entidades envolvidas.
- Inovação nas abordagens e estratégias utilizadas para a solução de problemas sociais.
- Identificação de boas práticas que podem ser replicadas ou ampliadas em outras regiões ou programas.

A avaliação também é fundamental para garantir que os programas sociais respeitem os direitos da população e promovam a justiça social, sendo eficazes na redução das desigualdades e na promoção do bem-estar.

2. Tipos de Avaliação

Existem diferentes tipos de avaliação de programas e políticas sociais, cada um com objetivos e metodologias específicas, que podem ser aplicados em momentos distintos do ciclo de uma intervenção. Os principais tipos são:

2.1. Avaliação de Planejamento (Ex Ante)

A avaliação de planejamento, também conhecida como avaliação ex ante, é realizada antes da implementação de um programa ou política. Seu objetivo é analisar a viabilidade, os recursos necessários e os potenciais impactos da intervenção. Essa avaliação antecipa possíveis obstáculos e permite a criação de estratégias que maximizem os resultados e minimizem riscos.

Perguntas-chave:

- O programa é viável com os recursos disponíveis?
- Quais são os potenciais beneficiários?
- Qual é a previsão de impacto no público-alvo?

Exemplo: Antes de iniciar um programa de transferência de renda, pode-se realizar uma avaliação de planejamento para estimar o número de famílias elegíveis e o impacto esperado na redução da pobreza.

2.2. Avaliação de Processo (Formativa)

A avaliação de processo, ou avaliação formativa, ocorre durante a execução do programa ou política e tem como objetivo monitorar se as ações estão sendo implementadas conforme o planejado. Ela se concentra nos meios e nos processos utilizados, permitindo ajustes ao longo da execução para garantir a efetividade.

Perguntas-chave:

- As atividades estão sendo executadas conforme o planejado?
- Os recursos estão sendo utilizados adequadamente?
- A equipe está capacitada e os beneficiários estão sendo alcançados?

Exemplo: Em um programa de alimentação escolar, a avaliação de processo pode verificar se os alimentos estão sendo distribuídos regularmente e se atendem aos padrões nutricionais estabelecidos.

2.3. Avaliação de Resultados (Somativa)

A avaliação de resultados, ou avaliação somativa, é realizada ao final do programa ou política, com o objetivo de verificar se os objetivos e metas foram atingidos. Ela se concentra nos efeitos imediatos da intervenção, analisando os resultados diretos e mensuráveis no público-alvo.

Perguntas-chave:

- O programa atingiu as metas estabelecidas?
- Quais foram os benefícios diretos para os participantes?
- O que funcionou e o que pode ser melhorado?

Exemplo: Após a implementação de um programa de capacitação profissional, a avaliação de resultados pode analisar quantos participantes conseguiram emprego ou melhoraram suas condições de renda.

2.4. Avaliação de Impacto

A avaliação de impacto é uma das formas mais complexas de avaliação, pois busca medir os efeitos de longo prazo de um programa ou política social, isolando os impactos da intervenção de